

ANC P 5

Projeto pode receber 40 mil emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), prometeu ontem que apresentará um substitutivo, e não apenas um parecer, às emendas que nesta terceira fase de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte poderão ser apresentadas pelos constituintes e pelos eleitores brasileiros. O relator acha que o número de emendas será de 30 a 40 mil, o que corresponde a mais de 70 emendas por constituinte.

O substitutivo de Bernardo Cabral, segundo ele disse, será a resposta definitiva àqueles que o vêm criticando por não ter, na segunda fase, apresentado um parecer "com profundas alterações, extirpando incongruências, inconsistências, desvios e, acima de tudo, a ausência de um fio condutor filosófico".

Bernardo Cabral afirmou: "O substitutivo será um trabalho de minha lavra, cuja defesa haverá de assumir, de um lado, sem o mais leve constrangimento, e, de outro, sem qualquer resistência às críticas e contribuições construtivas". Ele lembrou que pelas determinações regimentais seu trabalho na elaboração do projeto de Constituição foi cercado na liberdade de iniciativa.

Bernardo Cabral afirmou que, como os demais constituintes, percebeu que o texto aprovado sábado, em plenário, pelo acordo de lideranças, continha posições diversas não só no assunto que as comissões te-

máticas tratavam, mas também na composição ideológica de cada uma das oito comissões.

"Tais problemas não me era dado corrigir e é incomodamente óbvio assinalar que, nesta etapa de nossos trabalhos, esforcei-me, com a ajuda de todos, lidando com materiais oriundos das mais diversas tendências e procedências, em procurar compatibilizar e sistematizar os frutos do trabalho das comissões temáticas", disse Bernardo Cabral.

Para o relator da Comissão de Sistematização, "é de uma pontuagão evidência, que o resultado dessa multifacetada contribuição só poderia ser um documento complexo, extenso e não uniforme". Bernardo Cabral chamou a atenção para o fato de que a partir de agora — entre amanhã e quinta-feira — será aberto o período "mais frutuoso dos trabalhos". Com o início do prazo de apresentação de emendas, sem limitações de conteúdo, quando, então, essas emendas, na interpretação do relator, poderão realmente vir a traduzir "os anseios da sociedade brasileira, às quais se somarão as chamadas emendas populares, verdadeira manifestação das aspirações da cidadania".

Bernardo Cabral afirmou, ainda, que seu substitutivo, apesar do cunho pessoal, refletirá a posição da maioria, que ele pretende aferir por meio das emendas apresentadas e da própria discussão, durante 40 dias, a partir da leitura do anteprojeto da Constituição. Nesta fase o relator poderá dispensar até mesmo o auxílio

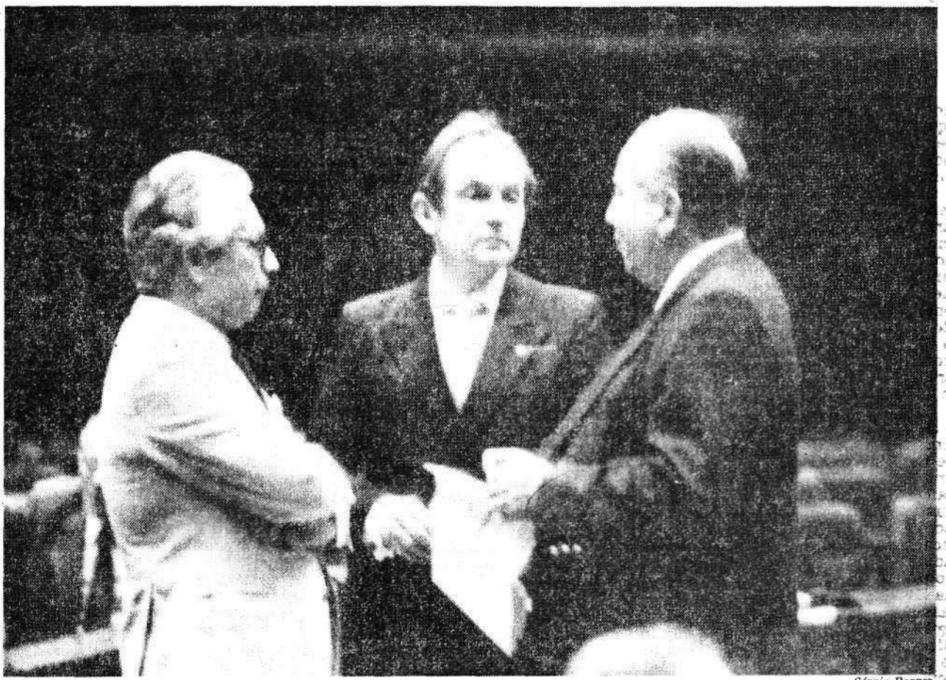
dos relatores adjuntos e dos relatores auxiliares, embora não tenha decidido se o fará ou não.

PRAZOS

O projeto de Constituição elaborado por Bernardo Cabral a partir da compatibilização dos pareceres das oito comissões temáticas entra na ordem do dia da Assembleia Nacional Constituinte e começa a ser discutido pelo prazo corrido de 40 dias a partir de amanhã. A discussão se estenderá, assim, até o dia 23 de agosto e as sessões serão realizadas inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Dentro do prazo de 40 dias, os primeiros 30 — de amanhã até 13 de agosto — serão usados para apresentação das emendas, inclusive as de mérito, dos 559 constituintes. No mesmo período os eleitores também poderão apresentar as chamadas emendas populares, bastando para isso que cada emenda seja subscrita por no mínimo 30 mil eleitores e patrocinada por pelo menos três entidades representativas de classe, oficialmente reconhecidas. Cada eleitor poderá subscrever até três emendas.

Terminada a discussão, no dia seguinte (24 de agosto) será aberto o prazo de 25 dias (até 17 de setembro) para que o relator-geral da Comissão de Sistematização possa examinar as emendas e apresentar um parecer substitutivo. Publicados e distribuídos os avisos entre 18 e 19 de setembro, dia 20 o projeto definitivo começará a ser votado no plenário. A partir daí não se tem ideia do tempo a ser gasto na votação.



Cabral espera que cada constituinte apresente uma média de 71 emendas e meia ao anteprojeto



Arinos perde a calma ao presidir Sistematização

Arinos irrita-se com os 'debates estéreis'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), não agüentou ontem as quase duas horas de debate sobre um assunto já esgotado no sábado e fez, um desabafo, lamentando que, nestes cinco meses, a Assembleia Nacional Constituinte ainda não tenha entrado na discussão de matéria constitucional, "essencial para os trabalhos".

Arinos presidia uma reunião da comissão, convocada para a votação do projeto de decisão nº 5, que torna obrigatória a transmissão pelo rádio e pela TV das votações da Constituinte. Mas os trabalhos foram desviados por uma questão de ordem do líder do governo, Carlos Sant'Anna, que pediu a anulação da votação, feita sábado, quando foi aprovado um outro projeto de decisão, que proíbe a conversão da dívida externa em investimentos de risco.

A partir do argumento de Sant'Anna, os ânimos se exaltaram em plenário, a ponto de, já quase no final, o líder do PFL, José Lourenço (BA), ter xingado com um palavrão o deputado Paulo Ramos, autor do projeto de decisão. Ramos, que apartava o senador Marcondes Gadelha, disse que Lourenço provavelmente estava contra o projeto sobre a questão da dívida externa por não ser brasileiro nato (ele é português de nascimento). Da sua poltrona, sem se levantar, o líder liberal dirigiu um palavrão a Ramos e quem acabou se ofendendo foi o deputado Lyzãneas Maciel (PDT-RJ), que, furioso, correu até o microfone, formando-se, então, ligeira confusão em plenário. Afonso Arinos acionou as câmeras e ameaçou suspender os trabalhos. Em seguida pediu que o assunto fosse logo encerrado, para que ele

puésse resolver a questão de ordem, decidindo, então, remeter a pendência para exame do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Antes de anunciar sua decisão, Arinos justificou a pressa: "Que a imprensa não me ouça, mas tenho que ir ao aeroporto esperar meu filho que vem do Rio de Janeiro".

O senador fluminense notou que poderia emitir sua decisão sobre a questão de ordem com duas ou três palavras, mas quis acrescentar algumas ponderações, revelando-se "constristado" com os debates que presença com frequência na Constituinte. Arinos acha que o povo também deve estranhar muito a falta de apego dos constituintes pelo exame dos assuntos de natureza constitucional, essenciais para que possa ser redigida a Constituição moderna, "que o País está esperando".

"Não sou um profundo conhecedor dos assuntos econômicos, mas não creio que sejam eles os mais importantes para uma assembleia que vai redigir uma Carta Constitucional" — disse ele, observando ainda que o País já ultrapassou algumas fases difíceis, como a época das torturas. Por isso, este já não é o momento de insistir em debates estéreis, é necessário que os constituintes se debrucem sobre os problemas que de mais perto interessam, isto é, os temas de natureza constitucional. Todo o plenário entendeu a condenação de Arinos e o aplaudiu demoradamente.

Na sua questão de ordem, Carlos Sant'Anna contestou a validade da votação de sábado sobre a dívida externa. O assunto preocupou o líder, que, já pela manhã, estivera demoradamente com Arinos. A tarde, ao ser iniciada a sessão para o outro projeto de decisão, sobre as transmissões de votações, apresentou imediatamente sua questão.

Lula e caudilho fazem as pazes. Pelas diretas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Brizola e Lula se reconciliaram publicamente. O "namoro" foi retomado no congresso nacional do PDT, encerrado ontem em Brasília. De mãos dadas e braços erguidos, e sob os aplausos de centenas de militantes pedetistas, eles prometeram lutar por uma causa comum: eleições presidenciais diretas em 1988. O ex-governador e o presidente do PT consideram que o governo perdeu sua credibilidade, identifica-se com a crise e ameaça a transição democrática.

Num dia particularmente marcado pela presença de parlamentares de outros partidos — entre eles os senadores peemedebistas Afonso Camargo e José Paulo Bisol —, o congresso do PDT definiu sua posição sobre a Constituinte e o quadro político e econômico do País a partir de três peças: um manifesto intitulado "Alerta à Nação"; um conjunto de moções aprovadas por aclamação e uma série de princípios fixando a ação partidária na Consti-

tuinte e fora dela, a curto e médio prazo.

Apoiar a CUT e a greve geral prevista para o dia 12 de agosto, denunciar o pacto social e o pacto partidário, propondo um "pacto popular". Estes foram alguns dos itens aprovados pelos pedetistas. Endossaram também propostas que serão efetivadas pela banda do partido na Constituinte, se possível em aliança com setores "avançados": repúdio ao parlamentarismo; imediata auditoria da dívida externa; contra a internacionalização da economia brasileira; desenvolvimento de uma economia mista, com a ação integrada do governo e da iniciativa privada.

Tudo isso ajustado ao fortalecimento da empresa "genuinamente brasileira", com "tratamento especial" à pequena e média empresa. E mais: monopólio do petróleo e minerais nucleares, além da criação de reserva de mercado em setores estratégicos. O documento final defende ainda "amplos programas de colonização e assentamento" e dá prioridade ao abastecimento interno.

Militares não crêem na anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, tem tanta certeza que a Constituinte não vai aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita para os militares acusados que não fez qualquer cálculo sobre a quantia que a União teria de pagar, na hipótese de reintegração. O general não está pensando em pagar o soldo aos pretensos anistiados, porque acredita que isso não ocorrerá.

É a versão veiculada pelo Centro de Comunicação Social do Exército, em Brasília, para explicar a declaração do ministro, na cerimônia de casamento do filho do ministro dos Transportes, sábado à noite. Em conversa informal com três jornalistas, o ministro teria afirmado, segundo publicou um jornal carioca, que não pagaria o soldo aos anistiados. As fontes militares esclareceram que o mi-

nistro não quis, com a declaração, colocar-se numa posição de confronto com os constituintes, mas, sim, revelar a convicção de que a Constituinte não dará a anistia irrestrita aos militares punidos pela Revolução de 1964.

O ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, não quis comentar a proposta da reintegração dos anistiados, por considerá-la inviável. "Os parlamentares têm-se mostrado receptivos à nossa tese, pois não estamos falando só em nome dos ministros Henrique Sabóia, Leônidas Pires ou Moreira Lima. Falamos pela unanimidade das Forças, pois se a anistia ampla, geral e irrestrita for aprovada, vão nos criar dificuldades".

"DESOBEDIÊNCIA MILITAR"

A declaração do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, de que não pagará os sol-

dos atrasados dos militares punidos em 64, ainda que a futura Constituição consagre a anistia ampla, geral e irrestrita, repercutiu mal ontem na Assembleia Nacional Constituinte. As condenações surgiram de todos os lados e apenas o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, fugiu do assunto: "Ainda não li", disse.

O relator da Comissão de Sistematização da Constituição, deputado Bernardo Cabral, foi taxativo: "Eu não acredito que o Leônidas descumprirá uma decisão constitucional. Vou telefonar para ele para que confirme a informação. Aliás, não é ele quem paga. Pode ser interpretado como mostrando que não é o agente pagador. A não ser que ele fale assim por ter maioria na Assembleia contra a anistia. Do contrário, não consigo entender".

O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, assina-

lou: "Lamento que o ministro do Exército, um funcionário pago pelo povo brasileiro, responsável constitucionalmente pelo cumprimento da lei e da ordem, faça uma proclamação pública de desrespeito às instituições e pratique a desobediência militar".

"Devemos recordar", acrescentou Monteiro, "que o presidente da República chegou a chamar de 'Bakunin' o empresário Mário Amato quando este propôs a desobediência civil. O comum no Brasil, infelizmente, é o ministro do Exército reprimir movimentos sociais e reivindicatórios sob a alegação de que está cumprindo a lei e a ordem".

Para o deputado Luís Carlos Sigmaringa (PMDB-DF), o general Leônidas está dando um mau exemplo: "Está pregando desrespeito às leis, às instituições, violentando a decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte."

Proposta, "uma grande idiotice"

"Uma grande idiotice." É assim que o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, classificou ontem o projeto do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), votado e aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, proibindo a conversão de dívida externa em capital de risco. Rocha Azevedo, que na semana passada entregou ao presidente Sarney projeto com sugestão para transformar pelo menos US\$ 2 bilhões por ano de dívida em capital, considera que os trabalhos da Constituinte estão se aviltando.

"Em vez de Constituição acho que estão fazendo uma casa de negociações. Para toda proposta séria aparece sempre algum constituinte mal informado ou mal intencionado com um projeto contrário para tentar aprová-lo nas subcomissões e em seguida negociá-lo", disse o presidente da Bovespa.

Rocha Azevedo considera que o projeto de Paulo Ramos é, além de tudo, ilógico: "Imagine, ainda que se, por absurdo, no futuro viesse um credor disposto a substituir US\$ 10 milhões de dívida por apenas um mi-

lhão de investimento, não poderíamos aceitar a proposta porque a conversão estaria proibida".

Rocha Azevedo considera que o projeto de Paulo Ramos não tem nenhuma possibilidade de ser incluído na futura Constituição, mas mesmo assim estranha que políticos esclarecidos ainda votem a favor dessa tese. Ele acrescenta que o Brasil continua se fechando em relação ao capital externo enquanto países de regimes considerados socialistas, como a França e Espanha, e mesmo a China comunista, estejam se abrindo aos investimentos estrangeiros.



Eduardo da Rocha Azevedo

Covas admite adiamento da convenção do PMDB

O senador Mário Covas admitiu ontem que a pressão dos governadores e até dos ministros pode influenciar os peemedebistas a adiar a votação sobre o tempo de mandato do presidente Sarney, prevista para a convenção do final de semana. Se a votação for feita, garante, prevalecerá a tese dos quatro anos. Covas participou de uma reunião do Diretorio Regional do PMDB de São Paulo que acabou se transformando numa amostra do que vai ser a convenção nacional. Pelos aplausos e discursos, os convencionais paulistas são favoráveis às eleições diretas presidenciais em 88.

Convocada pela Comissão Executiva, a reunião de ontem praticamente ficou limitada à discussão sobre o mandato do presidente Sarney. Além de Covas, também estiveram presentes vários deputados federais e estaduais, o senador Fernando Henrique Cardoso e o vice-governador Almino Afonso — este, aliás, o mais importante defensor da ideia de se adiar a decisão do PMDB. Ao final, não foi redigido nenhum documento sobre a posição dos convencionais paulistas, mas o senador Fernando Henrique apostava que dois terços deles são favoráveis a um mandato de quatro anos para Sarney.

Para Mário Covas, a indefinição é a pior coisa que pode acontecer ao PMDB. "O que desune é não tomar decisões", insistiu. Segundo ele, defender eleições em 88 significa cumprir os compromissos assumidos pelo partido de fazer a transição democrática. O senador criticou ainda o discurso do presidente Sarney, abrindo mão de um ano de mandato. "Outro presidente que abriu mão de parte do mandato, o fez através da renúncia. O presidente não pode abrir mão de algo que não possui".

O vice-governador Almino Afonso não usou meias palavras: qualificou a decisão prevista para o domingo de uma "aventura" e disse que as diretas não faziam parte de nenhum discurso durante a euforia do Plano Cruzado I.



Ao lado de Almino, Covas admite adiamento

Vice-líder denuncia pressões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo continua pressionando os convencionais do PMDB para garantir a aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A denúncia foi feita ontem por um dos vice-líderes peemedebistas na Constituinte, que sustenta serem os ministros os mais ativos defensores das pretensões da Presidência, condicionando a elas a liberação de verbas e favores. Outro "cabo eleitoral" do governo seria Orestes Quêrcia, que já enviou seu vice, Almino Afonso, em extenso roteiro pelos estados em busca de adesões.

Enquanto isso, o deputado Maurício Fruet, autor do requerimento que resultou na convocação da convenção nacional extraordinária do PMDB, faz trabalho inverso. Ele procura convencer os governadores a não pressionar os convencionais dos seus estados. Os governadores Álvaro Dias (Paraná) e

Miguel Arraes (Pernambuco) já avisaram que não vão comparecer à convenção. O governador fluminense Moreira Franco, por sua vez, defende a realização de uma convenção nacional em data mais próxima à decisão da Constituinte sobre a questão do mandato, sugerindo outubro.

O adiamento da convenção para outubro também é sustentado pelo senador José Richa (PR), que não concorda com a preliminar que seria levantada durante a convenção, no domingo, de transferir à Constituinte a definição de dois temas que constam da pauta (tempo de mandato e sistema de governo). "Acho que o PMDB deve decidir", afirma Richa. "Já fizemos várias tentativas e todas inúteis", observou, referindo-se à evolução das negociações dentro da Constituinte.

Ainda conforme o senador constituinte paranaense, a convenção peemedebista deveria definir-se apenas em questões programáticas em exame na Constituinte.

Para Amato, "crime de lesa-pátria"

"Um crime de lesa-pátria." Desta forma, o presidente da Fiesp, Mário Amato, classificou ontem a inclusão no projeto de Constituição do artigo que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco. Segundo ele, existem poucas opções para garantir o desenvolvimento brasileiro: poupança interna, que o País não tem; poupança externa, que por estar muito endividado não consegue mais; e o lucro, que vem sendo condenado. Assim, só restaria a solução negociada na área da dívida externa.

Mário Amato revelou que a Fiesp e outras entidades empresariais pretendem dissuadir os parlamentares a rever sua posição, já que o dispositivo impedirá a geração de dois milhões de empregos que o Brasil necessita a cada ano. "Sem a possibilidade de conversão de parte da dívida externa em capital de risco, a única saída para o País seria pagar seus débitos, coisa que não tem condições de fazer", disse.

Os presidentes das entidades empresariais que compõem o Fórum Informal da Fiesp voltaram a se reunir ontem para discutir a proposta do pacto social. De acordo com Amato, o grupo está disposto a debater com políticos e trabalhadores para negociar um acordo nacional. Ele adiantou que os empresários querem se encontrar com o governador Orestes Quêrcia e com o presidente da CUT, Jair Meneghelli, além do presidente do PT, Luiz Inácio da Silva. "Estou à disposição deles", afirmou Amato.

Ressaltando que confia no Brasil, na massa trabalhadora e no diálogo, o presidente da Fiesp disse que é necessária a participação de todos os segmentos para que se possa obter um resultado positivo na discussão do pacto. Mário Amato comentou também as declarações atribuídas ao presidente José Sarney, de que os empresários são "engraçadinhos" porque propõem a redução de lucros após terem promovido dispensa em massa de funcionários. "Se esta é a opinião do presidente, não é a mesma que a nossa", afirmou Amato, acrescentando que as empresas vêm sofrendo com o congelamento de preços, com a recessão e agora com a necessidade de reduzir seu quadro de trabalhadores.

PACOTE AGRÍCOLA
Juros abusivos: A lei o ajuda. Não pague juros ou encargos que não são devidos. Telex (011) 231-4174 - 259-6817. Gustavo Korte, Carlos Faria e Francisco Moraes.